

Condenado, com língua afiada

Categories : [Notícias](#)

Na semana passada saiu uma notícia tímida, quase escondida na imprensa de Mato Grosso, de que o presidente da Assembléia Legislativa e um dos políticos mais influentes do estado, deputado José Geraldo Riva (PP), havia sido condenado em primeira instância pelo Tribunal de Justiça por improbidade administrativa, sendo obrigado a devolver aos cofres públicos 2,6 milhões de reais. Pois nesta terça estava o parlamentar trabalhando normalmente numa audiência pública que ele mesmo convocou para discutir o zoneamento da cana-de-açúcar no estado, e aproveitar a oportunidade de criticar as restrições ambientais que o governo federal impôs ao proibir a expansão dos canaviais no Pantanal e na Amazônia.

Um de seus argumentos é de que a cana é um dos melhores sequestradores de carbono que existem, e que ao utilizar áreas degradadas para o plantio, os canaviais estariam ajudando o meio ambiente. Outro deputado, Wagner Ramos (PR) falou que o zoneamento da cana causará um “estado de sítio” e é uma afronta à soberania de Mato Grosso. Ao chamar a medida de inconsistente e desprovida de embasamento legal, o parlamentar colocou em dúvida “supostos” problemas ao meio ambiente, esquecendo-se de que plantar lavouras nas cabeceiras dos principais rios do Pantanal assoreia cursos e mexe na vazão hídrica de todo o bioma.

Riva aproveitou o ensejo para criticar a moratoria da carne. Segundo ele, é um absurdo excluir uma parcela do segmento produtivo – aquela que, por sinal, produz carne a partir de desmatamentos ilegais. E avisou “não há como ter boi sem ser de área desmatada”. Apesar do compromisso de monitorar a cadeia produtiva da carne por parte dos frigoríficos, representante do Ministério da Agricultura tentou tranquilizar Riva e outros ruralistas dizendo que nenhum produtor será prejudicado. O vice-presidente da Federação de Pecuária e Agricultura de Mato Grosso (Famato), Normando Corral, chegou a dizer que 115 dos 141 municípios mato-grossenses ficarão “fora do processo de produção”. Os parlamentares querem marcar uma reunião com o governador Blairo Maggi para pedir explicações sobre a moratória.